

Uma estrutura narrativa de denúncia do trabalho forçado: estórias africanas de violência e resistência

Luiz Fernando França¹

Resumo

Com base na leitura de um conjunto de vinte e seis estórias angolanas e moçambicanas que tematiza as relações de trabalho do contexto colonial, apresento neste artigo uma síntese do que chamo de “estrutura narrativa de denúncia do trabalho forçado” nas literaturas africanas de língua portuguesa. Produzidos nas décadas de 1950/60, os textos analisados utilizam estratégias narrativas – em termos de enunciação, organização de enredo, caracterização de personagens, espacialidade, temporalidade, temática, dentre outros elementos – que, em congruência, revelam a exploração e a resistência dos(as) trabalhadores(as) africanos(as) do campo e da cidade, notadamente como parte do empenho literário participante e da luta contra a violência colonialista, capitalista e racista.

Palavras-chave: estórias africanas; trabalho; violência; resistência.

Resumen

A partir de la lectura de un conjunto de veintiséis historias angoleñas y mozambiqueñas que discuten las relaciones de trabajo del contexto colonial, presento en este artículo una síntesis de lo que llamo la “estructura narrativa de la denuncia del trabajo forzoso” en la literatura africana en lengua portuguesa. Producidos en las décadas de 1950/60, los textos analizados utilizan estrategias narrativas --en términos de enunciación, organización argumental, caracterización de personajes, espacialidad, temporalidad, temática, entre otros elementos-- que, en congruencia, revelan la exploración y resistencia de Trabajadores(as) africanos(as) en el campo y en la ciudad, especialmente como parte del empeño literario participativo y de la lucha contra la violencia colonial, capitalista y racista.

Palabras clave: historias africanas; trabajo; violencia; resistencia.

Abstract

Based on the reading of a set of twenty-six Angolan and Mozambican stories that discusses the labor relations of the colonial context, I present in this article a synthesis of what I call the “narrative structure of denouncing forced labor” in Portuguese-language African literature. Produced in the 1950s / 60s, the analyzed texts use narrative strategies - in terms of enunciation, plot organization, characterization of characters, spatiality, temporality, thematic, among other elements - which, in congruence, reveal the exploration and resistance of African workers in the countryside and in the city, notably as part of the participating literary commitment and the struggle against colonial, capitalist and racist violence.

Keywords: African stories; work; violence; resistance.

281

¹ Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo – USP. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. | luizfernandodefranca@gmail.com



Introdução

282

Há alguns anos tenho me dedicado ao estudo dos procedimentos narrativos utilizados em narrativas engajadas das literaturas africanas de língua portuguesa, com ênfase na análise das chamadas das chamadas “estórias africanas” que denunciam a exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras dentro do contexto colonial angolano e moçambicano. Nessa perspectiva, o objetivo principal deste texto é apresentar uma sistematização dessa estrutura narrativa da resistência que desvela as opressoras relações de trabalho ao mesmo tempo em que promove os desejos e as trajetórias de resistência contra a violência colonial².

Preliminarmente, é preciso anotar brevemente algumas considerações a cerca dos textos analisados e do procedimento de leitura literária utilizado na pesquisa. A análise concentrou-se em um conjunto de estórias angolanas e moçambicanas produzido nas décadas de 1950/60³:

Angola:

- “Jonga”, “Um conto igual a muitos”, “Os regressados das ilhas”, “A estrada” e “Vida de cão” que compõem o livro *Estórias de contratados* (1980), de Fernando Costa Andrade;
- “O cipaio Mandombe”, “A cigarreira de ouro”, “Lavadeira da Baixa”, “O regresso”, “A morte de Zabelinha”, “Caminho de alcatrão, em busca de mostras, luz e coisas bonitas”, “Contrato” e “Monangambas” de *Baixa e Musseques* (1980), de Antonio Cardoso;
- “Maximbombo do munhungo”, da obra *Kinaxixe e outras*

² Registro que este texto é uma síntese dos resultados da minha Tese de Doutorado intitulada “*Uns contos iguais a muitos*”: estórias africanas, relações de trabalho e estrutura narrativa no contexto colonial angolano e moçambicano (décadas de 50/60) e defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP).

³ Informo que para a seleção e enquadramento das narrativas nessa linha temporal, considerei a data de produção de cada estória e não necessariamente a data da publicação da obra, pois algumas estórias selecionadas foram escritas nesse contexto – algumas até saíram em jornais ou revistas da época – porém somente mais tarde (nas décadas de 70, 80 e 90) é que foram publicadas em livro. É o caso de *Estórias de contratados* (1980), *Baixa e Musseques* (1980), *Estórias do Musseque* (1980) e *Hamina e outros contos* (1997).



prosas (1981), de Arnaldo Santos;

- “Cardoso Kamukolo, sapateiro”, “O fato completo de Lucas Matesso” e “Dina”, de *Vidas novas* (1964), de Luandino Vieira;
- “Estória da confusão que entrou na vida do ajudante Venâncio João e da desgraça de seu cunhado Lucas Manoel” e “Os caminhos da liberdade” das *Estórias do Musseque* (1980), de Jofre Rocha.

Moçambique:

- “Godido” e “Indivíduo Preto” do livro *Godido e outros contos* (1952), de João Dias;
- “História de Sonto: o menino dos jacarés de pau”, “Mamana Fanisse” e “Pintura” de *Hamina e outros contos* (1997), de José Craveirinha;
- “Dina” e “Nhinguitimo” da obra *Nós matamos o Cão-Tinhoso* (1964), de Luís Bernardo Honwana;

Ainda sobre as obras escolhidas e a minha opção pelas estórias, é necessário ponderar que a recorrência das narrativas curtas engajadas na produção literária africana de língua portuguesa das décadas de 50/60 já foi alvo de reflexões de vários pesquisadores. As abordagens de Hamilton (1975), Afonso (2004) e Padilha (2007), dentro das suas especificidades e dos recortes que realizaram, são pertinentes e juntas iluminam a hipótese que apresento neste trabalho. Minha percepção é que tanto os aspectos contextuais, quanto os estruturais, devem ser mobilizados na avaliação dessa recorrência, pois como bem ensina Candido “a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (2000, p. 4). Desse modo, desenvolvo a hipótese de que os autores não recorrem ao conto simplesmente pelas condições de produção e circulação ou por uma retomada dos “modelos nacionais”, como argumenta Padilha e, em alguma medida, Afonso. Além desses aspectos, parece-me que ocorre uma motivação estética ligada à forma e ao conteúdo das obras de maneira que o uso do conto, “uma síntese viva ao mesmo tempo que uma vida sintetizada”, para usar uma feliz definição de Julio Cortázar (2013, p. 150), possui utilidade política e social.



Trata-se, portanto, também de um recurso de composição desenvolvido com forte afinidade com momento de mobilização e de luta de libertação nacional. A temporalidade (não demorada) da escrita do conto abordada por Hamilton – talvez se possa inclusive pensar aqui também na temporalidade do ato de leitura –, está diretamente ligada a um momento político em que o fazer literário ocorre paralelo à atividade militante e enquanto parte desta. Não por acaso, uma parte das estórias selecionadas foi escrita na prisão: *Baixa e Musseques*, de Antonio Cardoso, *Estórias do musseque*, Jofre Rocha e *Vidas Novas*, de Luandino Vieira. De todo modo, as narrativas curtas enquanto “partes estelarmente fragmentadas” – para retomar a expressão de Padilha – que compõem determinado livro engajado ou mesmo as que aparecem recorrentemente em um jornal ou revista se ajustam à dinâmica do combate e da conscientização, bem como ao desejo de produzir, como relata Costa Andrade, “uma literatura que o povo, os participantes da guerrilha, sentissem como sua, como angolana” (Laban, 1991, p. 483). Por isso, avalio as narrativas curtas como um “padrão adequado” (Williams, 2015, p. 129), na perspectiva dos escritores africanos, para a recriação das várias “vidas trabalhadoras” exploradas pelo sistema colonial e seus agentes. A brevidade da escrita aumenta a possibilidade de “contar” vários dramas. Assim, se a exploração do trabalhador é recorrente e o texto é uma forma também de combate, a estória é historicamente adequada para escritores e leitores.

É também considerando esse alinhamento entre o contexto (colonial), a temática (trabalho), o gênero literário (a estória) e o próprio objetivo geral deste estudo – o de analisar e sistematizar as estratégias narrativas utilizadas nas estórias para denunciar a exploração dos(as) trabalhadores(as) – que optei por uma crítica que pretende ser “integradora” a partir da sempre útil compreensão de Antonio Candido explicitada no “Prefácio” de *O discurso e a cidade*:

O meu propósito é fazer uma crítica integradora, capaz de mostrar (não apenas enunciar teoricamente, como é hábito) de que maneira a narrativa se constitui a partir de materiais não literários, manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas suas próprias leis, não as da natureza, da sociedade ou do ser. No entanto, natureza, sociedade e ser parecem presentes em cada página, tanto assim que o leitor tem a impressão de estar em contacto com realidades vitais, de estar aprendendo,



participando, aceitando ou negando, como se estivesse envolvido nos problemas que eles suscitam. Esta dimensão é com certeza a mais importante da literatura do ponto de vista do leitor, sendo o resultado mais tangível do trabalho de escrever. O crítico deve tê-la constantemente em vista, embora lhe caiba sobretudo averiguar quais foram os recursos utilizados para criar a impressão de verdade. De fato, uma das ambições do crítico é mostrar como o recado do escritor se constrói a partir do mundo, mas gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária. Se conseguir realizar esta ambição, ele poderá superar o valo entre o "social" e "estético", ou entre o "psicológico" e "estético", mediante um esforço mais fundo de compreensão do processo que gera a singularidade do texto (1993, p. 9-10).

Nesse sentido, fugindo da leitura temática dos contos ou mesmo de uma análise meramente formalista, tomei o princípio metodológico da "redução estrutural" como procedimento norteador. Dentro desse processo analítico, no dizer de Candido, "a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que seja estudada em si mesmo, como algo autônomo (1993, p. 9). Nessa perspectiva, para Candido "o externo (no caso o social) importa não como causa, sem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno" (2000, p. 4).

Relações de trabalho nas literaturas africanas de língua portuguesa

No campo literário, os estudos em torno das "relações de trabalho" nas literaturas africanas de língua portuguesa concentram-se, predominantemente, no gênero lírico e focalizam a poesia de resistência e protesto. Provavelmente, essa tendência se deve ao número significativo de autores africanos – falo aqui dos angolanos, moçambicanos e caboverdianos – que tematizam o "contrato" e outras formas de "trabalho forçado" em suas obras poéticas.

Em sua *Antologia temática de poesia africana – Na noite grávida de punhais*, composta por poemas produzidos da década de 30 até o fim dos anos 50, Mario Pinto de Andrade – além de temas como Evasão, Antievasão,



Amor, Mulher, Infância, Mãe, Terra, Africanidade, Identificação, Repressão e Apelo – disponibilizou 29 poemas que formalizam especificamente o assunto do trabalho e os organizou em duas partes temáticas: “Contratado” e “Caminho do contrato”. Na avaliação que o autor faz sobre os poemas que tematizam o “horror” das relações de trabalho coloniais, uma característica se destaca: a dimensão narrativa/descritiva dos textos. Ao estruturar o tema do trabalho, os autores não se limitam à sugestão de imagens poéticas, mas optam por uma expressão atravessada pelo “desejo de contar”, por uma estrutura que potencializa elementos narrativos e na qual, como observa Rita Chaves, a “tonalidade narrativa atinge a cena poética” (2005, p. 50). De certa forma, de uma fusão entre o lírico e o narrativo, o poema recebe contornos de “estória” para “narrar” e/ou “descrever” os dramas dos trabalhadores africanos contratados. Os poemas “Contratados” de Agostinho Neto, “Monangamba”, de Antonio Jacinto, “Poema do Serviçal”, de Gabriel Mariano, “Magaíça”, de Noémia de Souza, “Mamanô”, de José Craveirinha, “A terra treme”, de Marcelino dos Santos e “Retorno”, de Onésimo Silveira são bons exemplos dessa especificidade poética

Em sua obra *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Margarido (1980), retomando a antologia de Mario Pinto de Andrade, rediscuti o universo temático das literaturas africanas de língua portuguesa e sua perspectiva engajada. Falando mais especificamente da literatura angolana, o crítico pondera que, mesmo diante de uma complexa realidade, “a unanimidade dos poetas, perante um punhado de temas centrais, reflete uma convergência profunda de juízos” (p. 359). Também concentrando-se no campo da poesia, Margarido recupera três temas comuns: “Infância”, “Mãe” e “Contrato”. Sobre este último – tomado por ele como “tema maior” –, além de tratar do perverso sistema de angariamento forçado de trabalhadores nas sanzalas (povoado rural) angolanas, o crítico, atento ao funcionamento do tema e das “articulações internas”, também menciona a dimensão descritiva dos poemas que tematizam o “trabalho forçado”. A violência do recrutamento, a corrupção envolvendo agentes coloniais e chefes tradicionais, as péssimas condições de trabalho e remuneração, o envio para as roças de São Tomé e Príncipe e a separação familiar, constituem alguns dos elementos históricos esteticamente apreendidos pelos escritores. A insistência na descrição, que se sobressai na avaliação de Margarido, é tanto evidência da experiência vivida e conhecida dos poetas, quanto índice de uma proposta literária de engajamento que pretende formalizar trajetórias de opressão e (re)criar quadros de tensão que



revelam as inúmeras violências propagadas pela exploração forçada da mão de obra.

A existência dessa “tonalidade narrativa” na expressão poética africana parece-me bastante pertinente, pois possibilita um diálogo entre o poemático e o narrativo que vai além do tema e adentra as dimensões da estrutura. De todo modo, leio esse “desejo de narrar” não apenas como estratégia artística peculiar, mas, sobretudo, como necessidade histórica e funcionalidade política. Era preciso “contar” e “descrever” seja em “poema” ou nas “estórias” as muitas trajetórias de enclausuramento e de resistência dos trabalhadores africanos.

Ainda sobre a presença do “contrato” na poesia africana de língua portuguesa, Jorge (2006) assemelha o contrato ao “exílio real e significativo”. Tomando o exílio como capaz de produzir “homens em estado de seres descontínuos” marcados pelo sofrimento, pela “vivência da dor” e pelo “esfacelamento de sua identidade”, o crítico menciona dois sentidos que poeticamente materializam a relação contratado-exilado: a) o “sentido de ausência e de impossibilidade da volta” (nos poemas intitulados “Caminho longe”, dos poetas cabo-verdianos Ovídio Martins e Gabriel Mariano); e b) o sentido do “ser descontínuo” e profundamente desenraizado (“Magaíça”, de Noêmia de Souza).

Assim como Andrade e Margarido, Renato Jorge também insere a poesia que se refere aos “contratados” como “uma das principais linhas temáticas da poesia africana de língua portuguesa durante o período colonial” e destaca a dimensão engajada dessa poética: desvelamento da brutalidade do sistema de expatriamento do contratado e suas consequências sociais e identitárias.

Se o campo da poesia dispõe de alguns estudos específicos sobre as relações de trabalho no contexto colonial, o mesmo não se pode afirmar das narrativas. Diante da recorrência do tema nas “estórias africanas”, considero justo afirmar que o gênero carece de estudos panorâmicos que mapeiem e caracterizem as formas de estruturação do tema do trabalho. Nessa direção, seguindo os passos de Mario Pinto de Andrade, julgo que seria de grande utilidade aos estudos literários a organização de antologias que recortem a relação entre a narrativa e relações de trabalho nas literaturas africanas. Para esse recorte, talvez o que já se realizou na literatura brasileira, por exemplo, sirva de possibilidade para as literaturas africanas de língua portuguesa: refiro-me à conhecida antologia *Com Palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*, organizada por Flávio Aguiar (1999), e a



coleção *Vozes da ficção: narrativas do mundo do trabalho*, organizada por Claudia de Arruda Campos, Enid Yatsuda Frederico, Walnice Nogueira Galvão e Zenir Campos Reis (2011).

Entretanto, é preciso considerar que essa carência de pesquisas específicas é amenizada pelo não-silenciamento do tema, mesmo em estudos críticos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa e em antologias que não tomam o trabalho como objeto principal. Cito dois exemplos: *Estórias africanas: história e antologia*, de Maria Aparecida Santilli (1985) e *Luanda, cidade e literatura*, de Tania Macêdo (2008).

No primeiro, apesar do variado critério temático, noto uma evidente recorrência do tema do trabalho nos textos selecionados. Entre as estórias de Angola, as narrativas "O fato completo de Lucas Matesso", de Luandino Vieira, "O cipai Mandombe", de Antonio Cardoso, e "Um conto igual a muitos", de Costa Andrade, são protagonizados por trabalhadores e denunciam as violentas relações de trabalho no contexto colonial. O mesmo se pode dizer de "O rapaz doente", do cabo-verdiano Gabriel Mariano e de duas narrativas de Moçambique: "Godido", de João Dias, e "Nhinguitimo", de Luís Bernardo Honwana.

No quinto capítulo do citado livro, Tania Macêdo focaliza o que denomina de "prosa do musseque" e, tratando da "cidade da escrita", analisa narrativas curtas produzidas a partir dos 50 (até o início dos anos 80) que tematizam a cidade, os espaços sociais e seus habitantes. Em relação ao trabalho, a crítica comenta a presença das personagens femininas, enquanto trabalhadoras do espaço urbano e focaliza, por exemplo, as quitandeiras como "símbolos do trabalho e da sagacidade, já que são responsáveis não apenas pelo equilíbrio da vida familiar, pela economia doméstica, mas também pela educação dos filhos" (p. 126). Além das quitandeiras, aparecem também as personagens prostitutas que afastando-se da "imagem de lasciva da mulher africana" são, no dizer de Macedo, "trabalhadoras reificadas do sexo" (p. 132). Nessa mesma perspectiva, a autora trata ainda dos "trabalhadores exemplares": homens que habitam a Luanda de papel e "via de regra, residem nos musseques luandenses, desenvolvem seu trabalho na Baixa, onde são vítimas das péssimas condições de trabalho" (p. 162). Em oposição a estes, parecem ainda no estudo um grupo de personagens que se distanciam da exemplaridade do "louvor ao trabalho": os malandros.

Resguardada a funcionalidade distinta de cada uma das duas obras citadas, reitero a importância de ambas: na obra de Santilli pude ler, pela primeira vez, narrativas engajadas africanas que denunciam o trabalho



forçado imposto aos trabalhadores e trabalhadoras em Angola e Moçambique no contexto colonial. O estudo de Macedo, como se pode perceber pela breve apresentação feita do livro, é de grande utilidade para a análise das estórias que formalizam as relações de trabalho no espaço urbano, especialmente para leitura do trabalho desenvolvido pelas personagens femininas.

O trabalho forçado em Angola e Moçambique: formas e características

Diretamente vinculadas ao cenário econômico europeu (que desejava conseguir matéria-prima barata para a indústria metropolitana), à inserção dos países africanos no modo de produção capitalista, à estrutura racista da sociedade colonial – que desenvolveu uma legislação extremamente discriminatória e desigual –, as principais formas de trabalho forçado utilizadas pelos portugueses em Angola e Moçambique foram:

- *O trabalho correcional*: modalidade de exploração de mão de obra imposta pelo Estado ao africano que infringisse o código penal ou laboral, bem como os que deixassem de pagar os impostos. Nesse sentido, em substituição à sentença de prisão, o “indígena” era encaminhado ao trabalho forçado; logo, como sustenta Bittencourt, o trabalho correcional “era alimentado basicamente pelas decisões judiciais”. É nessa direção que Nascimento (2002) analisa o uso autoritário do trabalho correcional em Moçambique como uma estratégia da administração colonial para aprofundar o processo de “fabricação” de mão de obra ao mesmo tempo em que se desvencilhava dos chamados “indesejáveis”.
- *O trabalho obrigatório*: trata-se de um método de exploração imposto pelo governo para comumente arregimentar trabalhadores para as chamadas “obras públicas”, sobretudo, para a construção e manutenção de estradas. Havik (2006, p. 243) caracteriza essa forma de exploração como sendo um “imposto braçal”, pois o “trabalho obrigatório era na realidade um tributo em espécie cobrado pelo vencedor aos povos dominados”. Anderson (1966, p. 42-43) registra relatos que atentam



para a utilização generalizada de mulheres e crianças nesta modalidade de exploração. Mondlane (1995) acrescenta que, para além dessa utilização governamental, o trabalho obrigatório serviu também para disponibilizar braços para as companhias e demais empregadores privados.

- *O trabalho contratado*: trata-se da forma mais usual e disseminada de trabalho forçado nas colônias portuguesas. Para atender interesses dos empregadores e do Estado, o sistema de “contrato” se utilizou de um violento e lucrativo circuito de recrutamento. Salários extremamente baixos e uma explícita condição de vulnerabilidade jurídica e laboral dos trabalhadores são marcas dessa modalidade de exploração. Apesar do nome (contrato), na prática, estamos diante de uma relação de trabalho que tratou os trabalhadores como verdadeiros escravos. Além do trabalho nas propriedades agrícolas em Angola e Moçambique, um destino recorrente do “contratado” eram as roças de São Tomé e Príncipe. Em muitos casos, devido a desigualdade jurídica e ao autoritarismo colonial, o contrato de trabalho nas ilhas decorria de uma punição por qualquer “infração” (sempre na perspectiva do colonizador) cometida pelo trabalhador. Não por acaso, como lembra Nascimento, a ida para o arquipélago era vista como um “castigo”. Vera Cruz (2006, p. 105), analisando o caráter não voluntário do recrutamento para o “contrato” em São Tomé e Príncipe, registra que a colônia “servia na perfeição como colônia penal”.
- *O trabalho voluntário*: modalidade em que os trabalhadores são contratados diretamente pelo empregador. A principal diferença entre o trabalho contratado e o voluntário é que este último é realizado, predominantemente, na própria localidade em que vive o trabalhador. Mondlane (1995) insere nesta categoria o “trabalho doméstico” e acrescenta que quase a totalidade do trabalho voluntário é realizado nas cidades. Problematizando a denominação da categoria, Bittencourt (1999, p. 83-84) explica que trabalho



"voluntário" é também forçado, pois caso o trabalhador "não fizesse não ganhava a 'caderneta' que comprovava tal vínculo e com isso estava sujeito ao recrutamento ou ao trabalho para o Estado denominado 'correcional'".

- *O cultivo forçado*: neste método os trabalhadores rurais moçambicanos e angolanos foram forçados a cultivar um produto agrícola que interessava ao colonizador: o algodão. Assim, como bem esclarece Mondlane (1995), o "trabalhador é pago não pelo seu trabalho, mas pelo seu produto". Nesse sistema, as famílias recebiam sementes e lotes para o plantio e, após a colheita, eram obrigadas a vender toda a produção às companhias portuguesas que maximizavam seus lucros e facilitava a obtenção de matéria-prima barata para atender a indústria metropolitana. A compra era feita praticando preços tabelados e muito baixos. Sobre o cultivo obrigatório do algodão, Cabaço (2012), como já foi apontado, além de tratá-lo como "trabalho forçado familiar", fala em "duplo crime", constituído tanto pelo trabalho forçado em si, quanto pelo não acesso dos trabalhadores aos produtos manufaturados advindos posteriormente da metrópole.
- *O trabalho emigrante*: também chamado de "mão de obra de exportação" por Mondlane (1995), essa forma de trabalho forçado vincula-se diretamente ao recrutamento de trabalhadores e envio, sobretudo, para o trabalho nas minas da África do Sul. Nesse sistema, segundo Anderson (1966), o governo português recebia cerca de 150 escudos por trabalhador moçambicano recrutado. A busca por salários mais altos que o pago ao trabalhador contratado e a fuga do "chibalo" são fatores que, em Moçambique, favoreceram o processo de recrutamento para as minas do Rand, pois como os "os baixos salários pagos pelas minas conseguem ser múltiplas vezes superiores aos que se pagam em Moçambique para o trabalho agrícola, o indígena considera a emigração como a sua melhor defesa contra o sistema shibalo" (Anderson, 1966, p. 49).



A formalização da exploração e da resistência do(a) trabalhador(a) nas estórias angolanas e moçambicanas

292

Apresento a seguir uma sistematização dos elementos invariáveis que compõem a estrutura narrativa de resistência nas estórias angolanas e moçambicanas que denunciam as violentas relações de trabalho, destacando as seguintes categorias: narrador, enredo, personagens, espaços, temporalidade e temáticas. O objetivo é postular, considerando as vinte e seis estórias africanas em análise, uma síntese das estratégias narrativas utilizadas pelos autores para formalizar a exploração dos trabalhadores do campo e da cidade no contexto colonial.

Um(a) narrador(a) empenhado(a) e de parcialidade constante

O drama dos trabalhadores e das trabalhadoras é enunciado por um(a) narrador(a) que tem lado e que, portanto, de maneira *empenhada* deseja “contar” a exploração em perspectiva solidária. Em terceira pessoa (o foco narrativo predominante) ou em primeira (“Um conto igual a muitos”, “Lavadeira da Baixa”...) a dimensão participante do narrador pouco se altera nas estórias. A narração compartilhada (em “Godido” e “O regresso”) e a de tendência dramática (em “Jonga” e “Vida de Cão”) constituem particularidades enunciativas que desocultam as vozes dos trabalhadores e fortalecem a resistência e a denúncia da exploração. Mesmo no conto em que o narrador coloca-se oportunamente numa posição distanciada (“Nhinguitimo”) ou na estória em que patrão acuado assume a posição de contador por um breve momento (“O regresso”), o resultado é sempre favorável à posição resistente do trabalhador.

Assim, não se trata apenas de uma focalização em que narrador vai além da descrição e faz um juízo de valor em torno de uma situação narrativa ou do comportamento de uma personagem (o chamado “narrador-intruso”). Vou além disso: trata-se de um ponto de vista engajado que exige uma *parcialidade constante*. É mais que um juízo. É um compromisso. É possivelmente nessa posição comprometida que esteticamente o narrador formaliza a posição social do autor.

Estórias de enclausuramento, resistência e libertação

No campo, na cidade, ou do campo para a cidade, a composição de enredo que predomina nas estórias analisadas é de uma “estrutura circular” atravessada por situações de constante e crescente degradação do trabalhador. Todavia, em meio ao “ciclo” surgem as formas de resistência.



Denomino as narrativas situadas dentro desta maneira de estruturar a denúncia da exploração dos trabalhadores de *estórias de enclausuramento e de resistência*. No conjunto analisado, estas estórias se dividem em dois tipos: as que, espalhando a resistência pelo desenvolvimento do enredo, terminam colocando o trabalhador em uma condição de clausura e as que terminam com uma manifestação de resistência e disposição para luta (mesmo quando no desfecho tem-se a morte do trabalhador). No primeiro tipo incluo "Godido", "Dina" (Honwana), "Pintura", "História de Sonto: o menino dos jacarés de pau", "Mamana Fanisse", "Jonga", "A estrada", "Vida de Cão", "O regresso", "A morte de Zabelinha", "A cigareira de Ouro" e "Estória da confusão que entrou na vida do ajudante Venâncio João e da desgraça de seu cunhado Lucas Manuel". No segundo, "Nhinguitimo", "Um conto igual a muitos" "Os regressados das ilhas", "O cipaio Mandombe", "Contrato", "Monangambas", "Lavadeira da Baixa", "Dina", "O fato completo de Lucas Matesso", "Cardoso Kamukolo, sapateiro" e "Maximbombo de munhungo".

Apesar das formas de resistência do trabalhador estarem presentes na composição de todas as estórias estudadas, em algumas é possível notar, considerando a intensidade da violência do sistema colonial, a existência de uma fragilidade mais latente na ação de contestação do trabalhador. "Pintura", "História de Sonto: o menino dos jacarés de pau", "Mamana Fanisse", "Dina" (Honwana), "A morte de Zabelinha", "Estória da confusão que entrou na vida do ajudante Venâncio João e da desgraça de seu cunhado Lucas Manuel" e "O regresso" são algumas das estórias em que a dominação aniquila a resistência, mas não consegue silenciá-la.

Por fim, caso peculiar nos contos selecionados, é a existência de uma *estória de resistência e libertação* dos trabalhadores. Falo de "Os caminhos da liberdade", de Jofre Rocha. Nesta narrativa, para além da resistência imediata, os trabalhadores do campo iniciam um processo de libertação da dominação colonial. É um texto com uma força utópica singular. É também a única estória que termina com o triunfo do trabalhador. Trata-se também da materialização artística do prenúncio feito em todas as estórias que terminam com uma manifestação contundente de resistência ou são animadas no desfecho por algum "sorriso" libertador, como em "Os regressados das ilhas", "Nhinguitimo", "Dina" (Luandino Vieira) e "O fato completo de Lucas Mattesso".



Trabalhadores(as): da desorientação à percepção crítica da exploração

Sobre os trabalhadores das estórias é válido um breve resumo quantitativo. No conjunto analisado, entre homens, mulheres e crianças do campo e da cidade, mais de setenta personagens foram identificadas. Evidente que este número é muito maior, pois em algumas estórias (“Os regressados das ilhas”, “A estrada”, “O regresso”, “Monangambas”, “Os caminhos da liberdade”) inexistiu uma identificação individualizada de todos os trabalhadores e aparece a recorrente imagem de um “coletivo” de pessoas. Deste total, cerca de cinquenta são homens, quinze são mulheres e dez são crianças (os miúdos). Destaca-se ainda a figura do “mais velho” em “Dina” (de Honwana), “Um conto igual a muitos”, “Os regressados das ilhas”, “A estrada” e “Os caminhos da liberdade”. Apesar da acentuada exploração dos homens, a recriação do drama em todas as faixas etárias demonstra que o colonialismo estruturou um sistema de permanente coerção que atingiu toda a família do colonizado.

O número expressivamente maior de homens tem forte correspondência histórica: os homens foram mais atingidos pelo angariamento e pelo trabalho forçado. Sob influxo desse aspecto, também são os homens que deixam o campo para tentar a vida no espaço urbano, como acontece em “Godido” e o “O regresso”. A inclusão de crianças no circuito do trabalho forçado (recrutamento infantil e/ou fuga para a cidade etc.) e a condição abandonada de alguns idosos (homens e mulheres) também decorrem nas estórias dos efeitos das relações opressivas de trabalho e de vida, sobretudo da desestruturação familiar, como acontece na “História de Sonto: o menino dos jacarés de pau”.

Em relação ao quantitativo de mulheres, considero pertinente registrar que muitas estórias privilegiam a figura do homem trabalhador e a sua ocupação fora de casa. Nesse sentido, algumas narrativas ou não citam a mulher do trabalhador (como em “Estória da confusão que entrou na vida do ajudante Venâncio João e da desgraça de seu cunhado Lucas Manuel”) ou apenas a mencionam brevemente (“Cardoso Kamukolo, sapateiro”). Na formalização dos dramas das mulheres trabalhadoras (“História de Sonto: o menino dos jacarés de pau”, “Mamana Fanisse”, “Jonga”, “Vida de Cão”, “Lavadeira da Baixa”, “Dina” etc.) destaca-se a força dada nos textos ao problema da separação familiar e dos desajustes provocados pelo recrutamento, prisão, morte ou desaparecimento do marido, filho, pai ou mãe.



Importante também é destacar o pertencimento racial das personagens trabalhadoras. Apesar de uma rápida menção aos brancos ("Maximbombo de munhungo"), *os trabalhadores são todos negros*. Este dado não apenas confirma a opção estética e política dos autores, mas também reforça a estreita e degradante relação entre trabalho e racismo no contexto colonial.

Por fim, quanto à caracterização dos trabalhadores, verifico a existência na construção dos trabalhadores do campo e da cidade de um percurso que vai da *desorientação quase total à percepção crítica da exploração*. Muito relacionado ao tipo predominante de estórias de exploração em análise (de enclausuramento e resistência), esse movimento de conscientização pode ocorrer num mesmo texto ("Godido"), entre textos de um mesmo livro (*Baixa e Musseque*), na comparação das estórias/livros de um mesmo país (*Estórias de Contratados* e *Vidas Novas*) ou na comparação das estórias que tematizam o drama dos trabalhadores da cidade e do campo ("Dina", de Luís Bernardo Honwana, e "Os caminhos da liberdade", de Jofre Rocha, por exemplo). No conjunto, esta é uma tendência narrativa geral.

Os agressores: brancos que ocupam lugares de poder, de repressão e de privilégios

As estórias analisadas formalizam um sistema de recrutamento de trabalhadores articulada em uma rede de exploração que envolve o Estado colonial e os empregadores particulares. Os agentes da estrutura administrativa (Administradores, Chefes de Posto), do aparelho repressor (Chefes de Posto, Capatazes, Policiais, Cipaios, Militares etc.) e os patrões brancos (proprietários agrícolas, empregadores do espaço urbano, angariadores etc.) são as principais personagens agressoras no conjunto de contos analisado. Em algumas estórias, o perverso conluio entre patrões brancos e o aparelho repressor intensifica a violência, resguarda os privilégios sociais e sustenta o ciclo da exploração: "Godido", "Indivíduo Preto", "Dina" (Honwana), "Nhinguitimo", "Um conto igual a muitos", "Contrato", "Monangambas", "Estória da confusão que entrou na vida do ajudante Venâncio João e da desgraça de seu cunhado Lucas Manuel", "Os caminhos da liberdade" etc.

Além dos patrões e agentes repressores do Estado, outros elementos figuram como agressores: os "brancos" ("Pintura", "História de Sonto: o menino dos jacarés de pau", "Mamana Fanisse", "O regresso", "Cardoso



Kamukolo, Sapateiro” etc.), os chefes de instituições do Estado (“Indivíduo Preto”, “A cigarreira de outro”), as autoridades tradicionais (“Vida de Cão”, “Contrato”), algumas personagens negras (“Maximbombo de munhungo”) e as próprias condições sociais nas quais os personagens trabalham ou vivem (“Pintura”, “A morte de Zabelinha”, “Caminho de alcatrão, em busca de montras, luz e coisas bonitas”). A inserção de personagens brancas (alguns narradores fazem questão de fazer a identificação da cor da pele do agressor) que nas ruas e no próprio musseque violentam os trabalhadores negros é parte de uma estratégia narrativa que deseja revelar atmosfera de violência racial que envolve o sistema colonial, bem como o contexto de luta anti-colonial. A figura do século (autoridade tradicional) como personagem agressora, que está na centralidade da estória “A estrada”, é representação da lógica hierarquizante e opressora de um sistema de poder que retira direitos e ao mesmo tempo se vale da autoridade tradicional para fazer sua engrenagem destrutiva funcionar.

Em menor proporção e intensidade desestruturante está a inclusão de personagens negras no grupo dos agressores. Além de condição já comentada dos “cipaios”, o destaque, neste caso, vai para o conto “Maximbombo de munhungo” que formaliza a indiferença e a tentativa de exploração encaminhada por uma patroa negra, mas que é prontamente confrontada pela lavadeira. Por fim, saliento que nos textos que não sustentam a exploração a partir de uma ou mais personagens, emerge na base das agressões a própria sociedade colonialista (e suas várias formas de violência). Por sinal, de uma maneira ou de outra, é possível concluir que esta forma de estruturar a agressão está presente em todas as estórias analisadas.

Todavia, em termos de predominância estética, não há como negar que a violência que enclausura os trabalhadores é encaminhada por personagens agressoras brancas que ocupam lugares de privilégio social. Seja na figura geral do “Chefe” ou na dos vários patrões do campo e da cidade esses sujeitos se igualam pela cor e pela participação ativa e cúmplice na estrutura de poder.

As ações dos agressores: formalização de relações escravistas de trabalho

Dentre as agressões sofridas pelos trabalhadores do campo e da cidade, destaco as mais recorrentes: 1) *os castigos físicos/torturas*; 2) *as mortes/assassinatos*; 3) *as prisões*; 4) *angariamento forçado/desterro*; 5) *o*



racismo e 6) a violência sexual contra mulheres negras. Mas os trabalhadores são também violentados pela/o: salário baixo e desigual; expropriação de terras; falta de moradia digna; cultivo forçado e fome; demissão; desemprego; negação de ascensão; protelamento de nomeação; indiferença; aumento de trabalho; culpabilização da vítima; tratamento agressivo; vigilância e repressão; confinamento espacial; trabalho na estrada; alimentação precária; alojamento inadequado e vulnerabilização.

Considerando apenas as seis primeiras agressões elencadas, não resta dúvida de que estamos diante de *relações escravistas de trabalho* sustentadas no interesse econômico, na coisificação do trabalhador (escravo) e na ideologia da inferioridade racial. Da fabricação forçada de mão-de-obra (prisão, angariamento e desterro) à violência volta-se para o corpo do trabalhador negro a fim de castigá-lo e subjuguá-lo em sessões brutas de humilhação e tortura (“Vida de Cão”; “Contrato”; “A fato completo de Lucas Matesso”; “Os caminhos da liberdade”) ou em situações de violência sexual contra as trabalhadoras negras. Em “Godido” e “Dina” (Honwana) a exploração econômica, o racismo e a violência de gênero se interseccionam e intensificam a clausura da mulher negra.

Por fim, o nível de recorrência das ações agressivas materializa nas estórias não apenas a intensidade da violência colonialista, mas também um “padrão de conduta” das personagens violentas: quando não são parte do aparelho repressor (os Chefes de Posto, por exemplo), elas agem em conluio ou protegidas com ele. Como são brancas (os Patrões do campo e da cidade), agarram-se aos privilégios e naturalizam a exploração (do trabalho, do corpo...) e a inferioridade do outro.

A resistência dos trabalhadores: o revide e o clima de contra-violência

Diante de tantas violências, a resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras manifesta-se de forma de bastante variada. Todavia, assim com as agressões, as ações contrárias também apresentam constantes. Desse modo, as mais recorrentes formas de resistência são as seguintes: 1) *a fuga do trabalho forçado ou para a cidade* (“Godido”, “Jonga”, “Vida de Cão”, “O regresso”, “Monangambas”, “Os caminhos da liberdade”); 2) *a contra-violência* (“Godido”, “Nhinguitimo”, “O regresso”, “A cigarreira de ouro”, “Dina”, de Luandino Viera, “Os caminhos da liberdade”); 3) *a contestação individual e coletiva da exploração e da violência* (“História de Sonto: o menino dos jacarés de pau”, “Um conto igual a muitos”, “A estrada”,



"Cardoso Kamukolo, sapateiro", "Dina", de Luandino Viera, "Maximbombo de Munhungo", "Monangambas", "Os caminhos da liberdade"); e 4) *as cantorias e danças* ("Godido", "Mamana Fanisse", "Jonga", "Regressados das ilhas", "Monangambas"); 5) *os gestos de companheirismo e solidariedade* ("O cipaio Mandombe", "Contrato" e "Cardoso Kamukolo, sapateiro", "Dina").

Além dessas, é possível fazer agrupamentos de formas de resistência menos combativas e públicas, mas importantes dentro da estrutura narrativa e adequadas às necessidades do trabalhador: a) *a reação contrária por via de um desejo* (de falar, pedir, negar, contar, narrar; de ser patrão; de torna-se motorista; de aprender uma profissão; de mudar do emprego e espaço); b) *de uma tentativa* (de impedir o angariamento do filho; de evitar a participação em atos de violência; de libertar um amigo), e c) *de uma busca* (pela filha e por parentes e conhecidos; por reconhecimento e visibilidade; por um outro emprego; pelo pai ou pelo filho desaparecidos).

Numa avaliação geral, *perpassa nas principais formas de resistência dos trabalhadores um clima de revide que é efeito e materialização da luta anti-colonial*. Assim, justapostas à focalização participante, à construção das personagens trabalhadoras, à composição do enredo e, sobretudo, em confronto com as ações dos agressores, as ações contrárias dos trabalhadores constituem no conjunto um enfrentamento ao colonialismo e ao seu beneficiário, o colono. "Os caminhos da liberdade" é o símbolo máximo dessa revolta e da necessária contra-violência do povo colonizado. Mas a resistência do trabalhador, como já assinalei, espalha-se pelas estórias, incomoda o patrão, o "Chefe", e balança os pilares do sistema. Uma resistência que é ao mesmo tempo física, do tipo cara-a-cara, mas que também se manifesta num sorriso "teimoso" ("Dina", de Vieira) e "contente" ("Os caminhos da liberdade") ou numa "gargalhada" despojada ("O fato completo de Lucas Matesso").

Doadores: trabalhadores e auxiliares no processo de resistência

Carlota ("Godido"), Fifi ("O cipaio Mandombe"), Sô Domingos ("O regresso"), Mário ("Cardoso Kamukolo, sapateiro"), a esposa do trabalhador preso ("Contrato") e Lucas Manuel ("Estória da confusão que entrou na vida do ajudante Venâncio João e da desgraça de seu cunhado Lucas Manuel") são trabalhadores que se aproximam pela forma de participar das estórias. Eles executam a função de doadores ou auxiliares do trabalhador-protanogista. É a mãe Carlota quem decide e organiza a fuga de Godido. O serralheiro Mário é quem orienta politicamente o sapateiro Cardoso. Lucas



Manuel procura um novo trabalho para o monangamba Venâncio João em Luanda. Assim, todos os auxiliares atuam de alguma maneira para qualificar o protagonista ou ajudá-lo no processo de resistência e combate à violência. Trata-se, notadamente, de uma participação atravessada pelo sentimento de solidariedade. O que seria do trabalhador castigado em “Contrato” sem o cuidado da esposa? Ou de Mandombe sem o companheirismo e a coragem de Fifi? Possivelmente essas estórias teriam outros desfechos. O doador é nesse sentido elemento narrativo funcional e ativo no desenvolvimento da ação contrária.

Cabe ainda registrar uma singularidade na configuração do auxiliar: a existência do “pseudo-doador”. Sobre isso, três exemplos: o arcebispo de “Indivíduo Preto” que age pela conveniência e não em plena defesa dos direitos do trabalhador Antonio Neves; o senhor Silva de “Mamana Fanisse” que lê a carta para a mamana, mas dá a notícia da morte de Matolo (marido de Fanisse) de forma fria e direta; e o motorista (patrão) de “A estrada” que, com a promessa de “comida”, “roupa” e “dinheiro”, manipula e leva os netos de Chivela.

Com exceção do “branco bom” (“História de Sonto: o menino dos jacarés de pau”) e do senhor Carlos do conto “Caminho de Alcatrão, em busca de montras, luz e coisas bonitas” que junto com Pedro, empregado do restaurante, encontra o miudo Zuzé e o conduz para casa, todos os demais doadores são também trabalhadores que vivem nas mesmas condições de exploração dos protagonistas. Nas estórias, vejo esta unidade racial e classista entre trabalhadores-doadores e trabalhadores-protagonistas, ainda que em processo de formação e consolidação, como índice de um sentimento de agregação (ou de um “instinto de solidariedade”, para retomar uma expressão que utilizei no capítulo anterior) bastante necessário dentro do contexto de luta de libertação nacional.

Espaços de fechamento e confinamento

Em uma avaliação quantitativa geral prevalece um equilíbrio entre as estórias que focalizam os trabalhadores no campo e na cidade. Porém, pensando separadamente os dois países, percebe-se que nas narrativas moçambicanas há uma predominância do espaço do campo. Já nos textos angolanos há uma ligeira tendência para o urbano (Luanda). Entre o campo e cidade, nos dois conjuntos de estórias desenvolve-se uma trajetória narrativa comum: o trabalhador realiza um deslocamento (ou fuga) do espaço rural para a “cidade” (“Godido”, “O cipai Mandombe”, “O regresso”). Na



descrição dessa trajetória e na focalização do rural ou do urbano, a dimensão espacial constitui um aspecto relevante na avaliação da violência sistêmica que cerca a vida dos trabalhadores.

Evidentemente que há nas estórias, para além do “campo” e da “cidade”, uma variedade de espaços onde as ações se realizam. Todavia, para esta leitura, sistematizo os mais recorrentes: 1) a estrada; 2) o musseque ou o bairro operário; 3) as ruas da cidade (urbano); 4) a cubata; 5) a prisão (na cela ou no posto); e 6) a machamba do patrão. Diante destas constantes espaciais, dois aspectos merecem destaque: primeiro a predominância de espaços públicos e abertos. Sobre essa espacialidade, é preciso afirmar, em síntese, que nas estórias *todo o espaço aberto é também um espaço fechado para ao trabalhador*. Estar na estrada, nas ruas da cidade ou do musseque nunca é para o trabalhador um sinal de liberdade. O espaço aberto é sempre um espaço de alienação e de opressão por que é parte de uma sociedade colonialista, opressora e racista. Basta lembrar da deambulação dos trabalhadores do campo nas *Estórias de Contratados* ou do tratamento racista recebido nas ruas da cidade do colonizador (“A morte de Zabelinha”, “Cardoso Kamukolo, sapateiro”). Com esses “caminhos fechados” faz pouca diferença estar numa cela, nas ruas do musseque, na própria cubata ou na machamba do patrão. Nas estórias, todos esses espaços se igualam pelo nível de violência e pela incidência da morte.

As narrativas estudadas são, assim, estórias de fechamento e de confinamento espacial. E aqui reside o segundo aspecto de relevo: para denunciar a precarização da vida do trabalhador, os textos (sobretudo os que tematizam o urbano) insistem na *articulação de um confinamento topográfico*. A compartimentalização da cidade entre a Baixa (onde trabalham) e o musseque ou bairro operário/indígena (onde moram) é um bom exemplo de realização desse procedimento nos textos angolanos. A periferia, a favela, o bairro pobre, sem asfalto e iluminação, é o espaço destinado ao trabalhador. Neste ambiente inóspito, inclusive a cubata é instrumento de morte (“A morte de Zabelinha”).

Nas estórias, a ruptura com essa exclusão espacial passa primeiramente pelo enfrentamento do agressor. O alvo inicial da resistência dos trabalhadores é, nesse sentido, o causador dos fechamentos e confinamentos, o colonizador. E é nessa perspectiva que vai se abrindo o “caminho da liberdade”.



Temporalidade tensiva e utópica

Uma boa quantidade das estórias estudadas inverte a ordem natural dos fatos na composição do enredo e inicia a narração pelo meio ou mesmo pela condição de desfecho do conto. Essa não-linearidade vem acompanhada também de outra opção: começar por uma situação de tensão ou pelo anúncio de algo ruim ocorrido na vida do trabalhador. É assim em "Godido", "Indivíduo Preto", "Jonga", "Um conto igual a muitos", "Os regressados das ilhas", "Vida de Cão", "A morte de Zabelinha", "Contrato", "O fato completo de Lucas Matesso", "Dina" (Vieira) e "Maximbombo de Munhungo". Lendo esse tempo discursivo, penso na temporalidade invertida e fragmentada como uma estratégia narrativa que amplia a tensão e o drama dos trabalhadores. Uma coisa é seguir a ordem linear dos fatos e descrever a perseguição, a prisão, o castigo físico e a soltura do trabalhador. Outra coisa é iniciar pela cena do castigo bruto e somente depois revelar o passado. Há certamente nesta estratégia temporal um apelo maior e, provavelmente, um impacto mais efetivo no próprio leitor.

Além de revelar já de início a exploração, a dor ou a morte, em pelo menos duas narrativas a não-linearidade é resultado direto da resistência dos trabalhadores. Em "Cardoso Kamukolo, sapateiro" a inversão temporal tem sentido utópico e o enunciador coloca-se num tempo futuro e sem exploração. Já em "Os caminhos da liberdade" a tensão da abertura é resultado do confronto entre os trabalhadores da vila e os agentes da Cotonang.

O absoluto aspecto cronológico dos textos é parte essencial desta temporalidade tensiva. Fortemente vinculado ao ciclo de exploração, o tempo que passa em horas, períodos, dias, semanas, meses e anos integra-se ora à continuidade da clausura, ora à projeção da liberdade.

Os temas: elementos de estrutura

Caracterizando em muito as relações opressivas de trabalho no contexto colonial angolano e moçambicano, elenco os seis principais temas das estórias: 1) Resistência dos trabalhadores e trabalhadoras; 2) Racismo, trabalho e exploração; 3) Condição social e violência contra a mulher negra; 4) Trabalho forçado, separação familiar e desestruturação familiar; 5) Imobilidade social do(a) trabalhador(a) negro(a); e) Precárias condições de vida.

É preciso reafirmar que os temas se entrelaçam à estrutura narrativa. São partes constitutivas da composição. São, portanto, também estrutura.

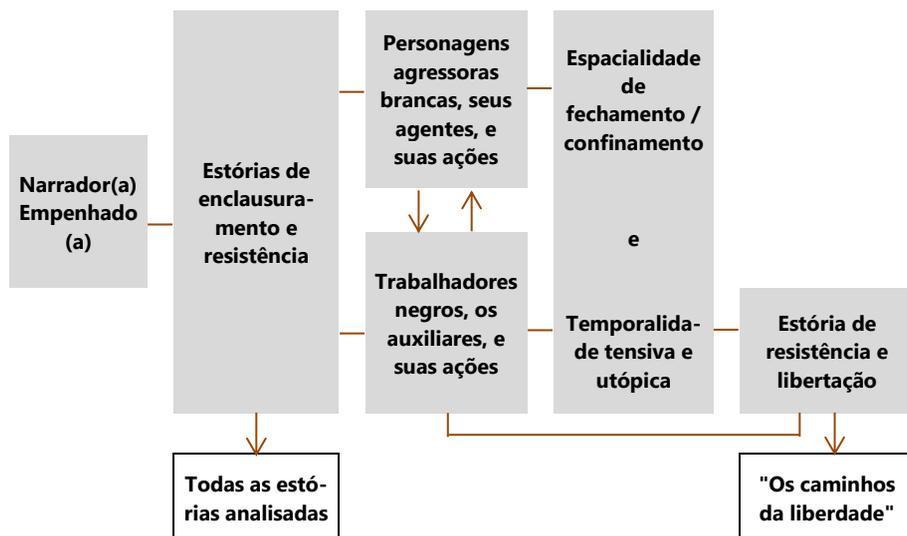


Veja, por exemplo, como no conto “A cigarreira de ouro” o tema da “imobilidade do trabalhador negro” se espalha pela narrativa e nos movimentos, gestos e situações vai materializando os “caminhos fechados” ou a “vida rastejante”. Logo, a imobilidade não está somente na não-ascensão de Santana aos postos de trabalho no banco. Está também no andamento narrativo do conto: na viagem invisível no ônibus, na caminhada inferiorizante pelo bairro e no reconhecimento conveniente e efêmero no bar. Enfim, a negação obviamente é o tema. Mas a forma de organizar o tema, também é conteúdo.

Posso estender essa compreensão do tema como integrante das estratégias narrativas a todas as histórias. Nas narrativas que, em confronto com a imobilidade, os trabalhadores vão destruindo os “caminhos fechados”, o tema da *resistência* atravessa a composição construindo – sobretudo nos desfechos – não mais um movimento circular, e sim um discurso de superação, de esperança. É a utopia que passa a funcional como elemento estruturante, de modo que a tortura, a prisão ou a morte transformam-se em situações de luta no “caminho da liberdade”. É o “canto de despertar” do trabalhador que começa a interromper o ciclo e projetar as “vidas novas”.

Em síntese: uma estrutura narrativa de denúncia do trabalho forçado

Esquema geral 1. Estrutura narrativa de denúncia do trabalho forçado



Elaboração: o autor.



Para denunciar as relações escravistas de trabalho no contexto colonial angolano e moçambicano, os autores analisados produziram *estórias de enclausuramento, resistência e libertação*. Enunciados por um *narrador empenhado*, estas estórias articulam um confronto entre *personagens agressoras brancas* (patrões e seus agentes), que ocupam lugares de poder, de repressão e de privilégios, e as *personagens trabalhadoras e negras* que realizam um movimento narrativo que vai da *desorientação à percepção crítica da exploração e identificação do explorador*. Os agressores brancos encaminham ações violentas que asseguram *as relações escravistas de trabalho*, a discriminação racial e a imobilidade social. A denúncia do drama dos trabalhadores se intensifica na *temporalidade tensiva* utilizada na enunciação. Em contraponto a violência, os trabalhadores negros, e seus auxiliares, mesmo vivendo em *espaços de fechamento e confinamento*, articulam o *processo de resistência* em plena disposição para o enfrentamento e para contra-violência. Na contestação crescente, as estórias vão construindo o caminho da luta e da liberdade coletiva.

Considerações finais

O esquema geral apresentado é uma síntese da estrutura de engajamento que encontrei nas estórias africanas estudadas. Resguardadas as particularidades, as narrativas formalizam dessa maneira as opressivas relações de trabalho nas décadas de 50 e 60 em Moçambique e Angola. A recorrência de procedimentos e temas é uma evidência de que estamos diante de um conjunto de estórias que, utilizando de estratégias narrativas semelhantes, constitui uma estrutura de denúncia da violência colonial e também de materialização artística da resistência dos(as) trabalhadores(as) e escritores(as).

É válido registrar que existe uma necessidade política e estética de ampliar os horizontes deste estudo. Por exemplo: julgo que seria de muito proveito acadêmico o desenvolvimento de outras análises que, concentrando-se na mesma temática e período, pudessem pensar como as relações de trabalho se manifestam em outros gêneros, ou em outras produções culturais, e quais as interações artísticas existentes. Nessa mesma direção, e ainda focalizando as literaturas africanas de língua portuguesa, penso na pertinência de pesquisas que, mantendo o recorte temático e de gênero, desloquem-se para um outro contexto social: o período pós-independência ou mesmo o contexto contemporâneo. Por fim, atravessando



o atlântico, mas sem abandonar a temática, vislumbro a possibilidade de estudos comparados que analisem as relações de trabalho nas literaturas brasileira, angolana e moçambicana.

Referências

- AGUIAR, Flávio (org). *Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANDRADE, Fernando da Costa. *Estórias de contratados*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1988.
- ANDRADE, Mario Pinto de (org). *Antologia temática de poesia africana – Volume I. Na noite grávida punhais*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.
- CAMPOS, Claudia de A.; FREDERICO, Enid Y.; GALVÃO, Walnice N.; REIS, Zenir C. (org.). *Vozes da ficção: narrativas do mundo do trabalho*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- AFONSO, Maria Fernanda. *O conto moçambicano: escritas pós-coloniais*. Lisboa: Editora Caminho, 2004.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Editora Brasileira, 1966.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.
- CABAÇO, José Luís. "Trabalho, colonialismo e pós-colonialismo em Moçambique". In: CASTELO, Claudia (org). *Os Outros da colonização: ensaios sobre colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- CANDIDO, Antônio. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiros Editor, 2000.
- CARDOSO, Antonio. *Baixa e musseques*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CRAVEIRINHA, José. *Hamina e outros contos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
- CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *O estatuto do indigenato – Angola – a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Guimaraes: Chá de Caxinde, 2006.
- DIAS, João. *Godido e outros contos*. 2ª Ed. Maputo: Associação de Escritores Moçambicanos, 1989.



- FRANÇA, Luiz. Fernando. de. *"Uns contos iguais a muitos": estórias africanas, relações de trabalho e estrutura narrativa no contexto colonial angolano e moçambicano (décadas de 50/60)* [Tese de Doutorado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- HAMILTON, Russel G. *Literatura Africana, literaturas necessárias I – Angola*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- HAVIK, Philip J. Estradas sem fim: o trabalho forçado e a 'política indígena' em Guiné (1915-1945). In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coordenação). *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, 2006.
- HONWANA, Luís B. *Nós matamos o Cão-Tinhoso*. São Paulo: Ática, 1980.
- JOFRE, Rocha. *Estórias do Musseque*. São Paulo: Ática, 1980.
- JORGE, Renato Silvio. "Sobre exílio e dor: o contratado e a cena colonial". In: DELGADO, Inácio G. (et al.). *Vozes além da África: tópicos sobre identidade negra, literatura e histórias africanas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- LABAN, Michel. *Angola: Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. Antonio de Almeida, 1991, 2 v.
- MACEDO, Tania. *Luanda, cidade e literatura*. São Paulo: Editora UNESP; Luanda: Nzila, 2008.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A regra do jogo, 1980.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: Coleção "Nosso Chão", 1995.
- NASCIMENTO, Augusto. *Desterro e contrato: moçambicanos a caminho de São Tomé e Príncipe (anos de 1940 a 1960)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2002.
- PADILHA, Laura C. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- SANTILLI, M. A. *Estórias africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985.
- SANTOS, Arnaldo. *Kinaxixe e outras prosas*. São Paulo: Ática, 1981.
- WILLIAMS, Raymond. *Recursos da Esperança*. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- VIEIRA, José Luandino. *Vidas Novas*. Paris: Edições Anti-colonial, 1964.

Recebido em 31 out. 2020 | aceite em 28 jan. 2021.

